

Por Ana Rita Petraroli (*)

A pouca variação no volume de arrecadações dos fundos de previdência aberta desde 2015 (2015: R\$ 96 bilhões, 2016: R\$ 115 bilhões; 2017: R\$ 118 bilhões; 2018: R\$ 108 bilhões e 2019: R\$ 79,7 bilhões até agosto, segundo dados da Fenaprevi -- Federação Nacional de Previdência Privada e Vida) tem mostrado um descompasso entre o momento atual, de Reforma da Previdência, e de aumento da longevidade do brasileiro.

Era de se esperar que, com uma nova previdência pública mais tardia e com valores de benefícios reduzidos para o público mais qualificado, houvesse um “boom” de investimentos na previdência complementar para compor a renda e manter o padrão de vida na dita melhor idade.

Isso, até agora, não aconteceu. E não foi pelo desempenho dos recursos aplicados, equiparado à renda fixa. Com a queda dos juros, o mercado tratou de ajustar seus produtos e diversificou sua carteira com papéis flexíveis, ainda que isso represente mais volatilidade. A partir de novembro, as carteiras também ganham nova classificação, em três níveis de risco, como os demais fundos regulados pela Instrução CVM-555. A expectativa é que haja uma migração progressiva para os mais rentáveis.

Para as seguradoras, a Selic baixa vai requerer mais especialização dos fundos para gerir uma gama maior de ativos e não apenas títulos públicos. Outro ponto sensível é o da regulação, dada à falta de uniformidade de regras das previdências fechada e aberta no Brasil, em dissonância com os padrões mundiais.

Já para o público investidor, pessoas físicas e jurídicas, o gargalo parece ser mesmo a falta de dinheiro. O desemprego alto, a renda média achatada e o endividamento comprometendo 44% das famílias, segundo o Bacen, restringem a capacidade de expansão por novos planos e, no curto prazo, comprometem o aquecimento do setor.

(*) **Ana Rita Petraroli** é sócia-fundadora do Petraroli Advogados.

(12.11.2019)